

APONTA ACENDE BRASIL

6 fatores impedem desenvolvimento

08.02.2015

Especialista do Instituto Ilumina ressalta que cenário não surgiu de repente e é evidente desde 2009



Responsáveis pela maior capacidade de geração do País, as usinas hidrelétricas vêm perdendo espaço, principalmente para as térmicas, por conta da estiagem que afeta o País

Parte da matriz de geração considerada mais segura e potente do País, as hidrelétricas e pequenas centrais já foram responsáveis por 65% da energia elétrica gerada no Brasil. No entanto, com a crise hídrica instalada nos últimos anos por conta da estiagem, este tipo de empreendimento foi reduzido e perdeu espaço, principalmente, para as térmicas – em um modelo de sustentação criticado pela falta de planejamento e erros de execução. “Essa situação não surgiu de repente. Os sinais de deterioração das nossas reservas (hídricas) estão aí desde 2009, quando o despacho das térmicas era de apenas 10% (hoje chega a 20%)”, aponta Roberto D’Araújo, diretor do

Instituto Ilumina e responsável por estudo que indicou uma capacidade de geração de apenas um mês para as usinas do Sudeste.

Os fatores

Na análise do presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, seis fatores impedem o desenvolvimento de projetos de geração no Brasil. A primeira falha deve-se ao planejamento feito pelos órgãos responsáveis, que, mesmo acompanhando o processo de construção, não conseguem prever e concertar as falhas. “Falta coordenação entre a geração e transmissão”, reforça. Em seguida, ele classifica o processo de licenciamento ambiental como “imprevisível e atabalhado”, sujeito a intromissões de instâncias que não imperam sobre as usinas.

“O governo optou apenas por projetos de grande porte e abandonou os de médio foram negligenciados. Agora, a consequência disso é muito grave”, aponta mais um elemento.

A “vulnerabilidade dos empreendimentos” é o quarto elemento mencionado e refere-se também a desmandos de poderes sobre a obra. Criticados também pelos investidores, as regras aplicadas pelo governo para os leilões são o quinto fator. “Estas regras privilegiam a energia ofertada pela menor tarifa. Aparentemente, faz sentido, mas é um barato que sai caro”, afirma, voltando-se para o último empecilho: a inexperiência dos ganhadores dos leilões de energia. “Isso se dá graças à oferta com preços reconhecidamente incapazes de servir o empreendimento. Assim, ganham com preços baixos, mas não conseguem cumprir os prazos”, finaliza. (AOL)

Parte da matriz de geração considerada mais segura e potente do País, as hidrelétricas e pequenas centrais já foram responsáveis por 65% da energia elétrica gerada no Brasil. No entanto, com a crise hídrica instalada nos últimos anos por conta da estiagem, este tipo de empreendimento foi reduzido e perdeu espaço, principalmente, para as térmicas – em um modelo de sustentação criticado pela falta de planejamento e erros de execução. “Essa situação não surgiu de repente. Os sinais de deterioração das nossas reservas (hídricas) estão aí desde 2009, quando o despacho das térmicas era de apenas 10% (hoje chega a 20%)”, aponta Roberto D’Araújo, diretor do Instituto Ilumina e responsável por estudo que indicou uma capacidade de geração de apenas um mês para as usinas do Sudeste.

Os fatores

Na análise do presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, seis fatores impedem o desenvolvimento de projetos de geração no Brasil. A primeira falha deve-se ao planejamento feito pelos órgãos responsáveis, que, mesmo acompanhando o processo de construção, não conseguem prever e concertar as falhas. “Falta coordenação entre a geração e transmissão”, reforça. Em seguida, ele classifica o processo de licenciamento ambiental como “imprevisível e atabalhado”, sujeito a intromissões de instâncias que não imperam sobre as usinas.

“O governo optou apenas por projetos de grande porte e abandonou os de médio foram negligenciados. Agora, a consequência disso é muito grave”, aponta mais um elemento.

A “vulnerabilidade dos empreendimentos” é o quarto elemento mencionado e refere-se também a desmandos de poderes sobre a obra. Criticados também pelos investidores, as regras aplicadas pelo governo para os leilões são o quinto fator. “Estas regras privilegiam a energia ofertada pela menor tarifa. Aparentemente, faz sentido, mas é um barato que sai caro”, afirma, voltando-se para o último empecilho: a inexperiência dos ganhadores dos leilões de energia. “Isso se dá graças à oferta com preços reconhecidamente incapazes de servir o empreendimento. Assim, ganham com preços baixos, mas não conseguem cumprir os prazos”, finaliza. (AOL)